

- LXXII -

## **A EVOLUÇÃO DO CONCEITO DE CRIANÇAS E INFÂNCIAS E A MUDANÇA DE PARADIGMA NA LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL BRASILEIRA**

**Nayara Bitencourt Andrade Oliveira Pinheiro** – UESC,  
naypinheirooli@gmail.com

**Geane Silva dos Santos de Andrade** – UESC,  
geanemagno@yahoo.com.br

**Cândida Maria dos Santos Daltro Alves** – UESC,  
candida\_alves@yahoo.com.br

### **INTRODUÇÃO**

O presente artigo é fruto de uma pesquisa em andamento, para dissertação do Mestrado Profissional em Educação – Formação de Professores da Educação Básica – PPGE, tem como objetivo investigar o direito de brincar na prática pedagógica da Educação Infantil, enquanto eixo estruturante e direito humano, em uma instituição municipal de Ilhéus, BA.

Este artigo trouxe uma abordagem acerca do conceito de crianças e infâncias e de sua importância na compreensão das peculiaridades da Educação Infantil, e especialmente do brincar como expressão das culturas infantis. Partimos do pressuposto de que a criança é um ser histórico-cultural, vinculada a pertencimentos sociais, étnicos, religiosos, familiares e de gênero, portanto não concebemos a infância, como fenômeno universal.

O percurso metodológico foi desenvolvido com base na pesquisa-ação existencial, de René Barbier. Para tanto, a investigação foi desenvolvida por meio de rodas de diálogos, intituladas de “Diálogos do Brincar”. Ao escutarmos as professoras, buscamos compreender o brincar no cotidiano educacional e analisamos o conceito de crianças e infâncias explicitado nas interlocuções.

Pela característica da transversalidade da PAE, nos apoiamos nos pressupostos teórico-metodológicos de Paulo Freire, definidos na “Pedagogia do Oprimido”. As discussões teóricas foram fundamentadas nos trabalhos de Corsaro (2011), Sarmiento (1997), Kramer (1992), Kuhlmann Jr.(1998), Quinteiro (2002) e também das normas integrantes do sistema de proteção à infância e direitos humanos.

## **CONCEITO DE CRIANÇAS E INFÂNCIAS**

Para a compreensão da importância do brincar como elemento demarcador da infância, transitamos necessariamente pela conceituação de crianças e infâncias. Esclarecemos que a expressão acima foi escrita no plural, por englobar os diversos pertencimentos das crianças, vinculados ao contexto histórico-cultural, de acordo com Kramer (1992):

Ao se adotar uma concepção abstrata de infância, está-se analisando a criança como “natureza infantil”, distanciando-se de suas condições objetivas de vida, como se estas fossem desvinculadas das relações de produção existentes na realidade. (Kramer, p.16)

Assim, não concebemos uma criança em abstrato, por essa razão não falamos de um conceito universal de criança e infância. O conceito de crianças e infâncias na contemporaneidade é fruto de um longo processo histórico, ocorrido no mundo ocidental; porque “nem sempre” a infância teve a feição atual.

## **EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO CONCEITO DE CRIANÇAS E INFÂNCIAS**

Na Europa do século XVII, Jan Amos Comenius (1592-1670), foi considerado precursor da Pedagogia Moderna, ao teorizar sobre crianças, identificou as especificidades da infância, produziu os primeiros materiais didáticos infantis.

O filósofo suíço, Jean Jacques Rousseau (1712-1778), no século XVIII, proporcionou, um novo olhar sobre a educação de crianças da nobreza, mesmo não

contemplando crianças de todas as classes sociais, naquele contexto histórico, significou uma mudança de paradigma.

Ao conceber uma proposta educacional dividida em estágios, lançou os princípios para o surgimento do conceito moderno de infância. Esse pensador realçou a importância da liberdade para a criança viver e fruir de cada etapa da sua vida, senão vejamos:

Antes que os preconceitos e as instituições humanas alterem, nossas tendências naturais, a felicidade das crianças, bem como a dos homens, consiste no emprego de sua liberdade, mas, nas primeiras, essa liberdade é limitada pela sua fraqueza [...]. (Rousseau, Emílio, p.68)

Numa perspectiva oposta às concepções de Comenius e Rousseau, que valorizavam a liberdade da criança. O sociólogo clássico, Émile Durkheim (1858-1917), concebeu a infância como uma fase marcada pela imaturidade e irracionalidade, daí, a importância do papel socializador da escola e a educação escolar, tinha o papel de disciplinar e “moralizar” as crianças. Durkheim foi considerado por Quinteiro (2002) como aquele que “uniu os fios da infância aos fios da escola”.

No século XX, a Epistemologia Genética, do biólogo suíço Jean Piaget (1896- 1980), estabeleceu as bases para a compreensão da aprendizagem humana. Ao identificar as especificidades do desenvolvimento cognitivo das crianças, esse estudioso contribuiu decisivamente para a construção de um novo conceito de infância; propôs educação que respeitasse o desenvolvimento infantil.

## **O NOVO PARADIGMA DA INFÂNCIA: SOCIOLOGIA DA INFÂNCIA**

Somente no século XX, as Ciências Humanas voltaram o olhar para a história da infância e coube ao historiador francês Philippe Ariés, na sua obra, “História social da infância e da família” de 1960, a elaboração de uma obra de referência, para a compreensão da infância ocidental e de instituições responsáveis para educar e formar as novas gerações.

Para Kuhlmann Jr. (1998), a história da criança é uma produção social, fruto das relações sociais em determinado tempo e lugar, assim a criança deve ser entendida no contexto dessas relações:

É preciso considerar a infância como condição de ser criança. O conjunto das experiências vividas por elas em diferentes lugares históricos, geográficos e sociais é muito mais do que uma representação dos adultos sobre essa fase da vida. É preciso conhecer as representações de infância e considerar as crianças concretas, localizá-las nas relações sociais, etc. reconhecê-las como produtoras da história [...] (Kuhlmann Jr., p.31).

De acordo com o autor acima mencionado, a história da infância apresenta um caráter não linear, devendo levar em conta, também, as contribuições da história da assistência, da família e da educação.

O professor português Manoel Jacinto Sarmiento, expoente da Sociologia da Infância, destacou a necessidade de fazer uma distinção semântica entre crianças e infâncias. Pois, essas categorias, muitas vezes são apreendidas com o mesmo significado pelo senso comum. Sarmiento, (2008, p.3), definiu a infância “como categoria sociológica do tipo geracional” e “criança como sujeito concreto que integra a categoria geracional”, ela não existe como categoria universal.

## **A CRIANÇA NA CONTEMPORANEIDADE: SUJEITO DE DIREITOS**

O campo de estudos da infância produziu percepções, imagens e concepções diversas sobre as crianças. A infância na contemporaneidade alçou status jurídico e as crianças foram concebidas, enquanto sujeito de direitos. A partir de então, a legislação incluiu conceitos de diversas áreas do conhecimento: da Sociologia da Infância, da Pedagogia, Psicologia, Antropologia e outras.

Este artigo toma como recorte temporal a Constituição de 1988 e com base nos estudos multidisciplinares a legislação educacional brasileira, concebeu a criança com a criança cidadã, autônoma, produtora de culturas infantis nas suas interações sociais e brincadeiras.

## **CONCLUSÕES PRELIMINARES**

Com o propósito de responder à questão de pesquisa, enquanto pesquisadora implicada, escutamos as professoras da instituição educacional sobre os limites e possibilidades do brincar na prática pedagógica da Educação Infantil.

Problematizamos os obstáculos ao brincar, visando captar a concepção das professoras sobre crianças e infâncias e o papel das brincadeiras e interações, na demarcação da identidade da infância.

Os “Diálogos do brincar”, até esta fase da pesquisa, evidenciaram que os avanços no plano jurídico-institucional, com referência ao reconhecimento dos direitos das infâncias, estão em descompasso com a prática pedagógica na instituição pesquisada. Como resultado preliminar, percebemos que as professoras parecem não compreender a complexidade do brincar como elemento integrante da identidade infantil.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, Lucimary Barnabé Pedrosa. **Tecendo os fios da infância** - SciELO Livros Disponível em: [books.scielo.org/id/h8pyf/pdf/andrade-9788579830853-06.pdf](http://books.scielo.org/id/h8pyf/pdf/andrade-9788579830853-06.pdf). Acesso em: Jan. 2019.

ARIÉS, Phillipe. **História Social da Criança e da família**. Tradução de Dora Flaksman. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2006. (p.39)

BARBIER, René. **A pesquisa-ação**. Tradução de Lucie Didio. Brasília: Liber Livro, 2007. BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, In: **Vade Mecum Saraiva**, 15ª ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

CORSARO, Willian A. **Sociologia da Infância**. 2ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2011.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 41ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005b.

PINTO, M. SARMENTO, M. J. (coords) **As crianças: contextos e identidades**. Braga: Universidade do Minho, 1997.

QUINTEIRO, Jucirema. **Sobre a emergência de uma sociologia da Infância: contribuições para o debate**. Perspectiva. Florianópolis, v.20, n.Especial, p. 137-162, jul./dez.2002.